

ANC ANCY



O senador José Richa se reuniu ontem com a bancada do DF e admitiu que poderá incluir em seu substitutivo, a eleição de um governador distrital. O senador é o relator da Comissão de Organização do Estado. Até a próxima quinta-feira, Richa conclui seu parecer que será votado até o dia 12. Hoje, ele recebe a proposta do deputado Sigmaringa.

Brasília pode ter governador distrital

ENQUETE

O voto aos 16 anos

O menor poderá votar nas próximas eleições se o parecer, que dá a ele o direito de participar do processo eleitoral, for aprovado em duas comissões da constituinte e passar na Plenária. Esta possibilidade está deixando os jovens de Brasília eufóricos e a maioria dos entrevistados pelo *Jornal de Brasília*, entre 16 e 17 anos, manifestou o seu desejo de votar.

Eles defenderam o direito de escolher os seus próprios representantes no governo, e garantiram que têm "boas idéias e consciência política". A restrição do voto ao menor foi considerada pela maioria como preconceito de idade que, segundo eles, caracteriza a falta de interesse do político pelas suas causas. Entretanto, existem alguns que acham o jovem ainda "muito desligado", aos 16 anos, e sem interesse pelo movimento político.

O parecer que dá direito de voto ao menor, a partir dos 16 anos, foi aprovado no último dia 23 pela Subcomissão dos Direitos Políticos, Coletivos e de Garantia. O relator desta Subcomissão, deputado Lisâneas Maciel (PDT-RJ), informou que o voto do menor não será obrigatório, uma vez que não foi atribuído a ele a maioria total. Isto significa que até os 18 anos o jovem continua inimputável isto é, não pode assumir responsabilidades penais, porque o código civil e penal não foram alterados.

O anteprojeto está sendo discutido atualmente na Comissão de Soberania dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, e será submetido à votação no próximo dia 8. Segundo o deputado Lisâneas Maciel, esta proposta vem sofrendo grandes resistências das forças conservadoras atuantes na Constituinte. "Nós vamos ter que batalhar muito para levá-la à Comissão de Sistematização e para chegar à Plenária", concluiu ele.

Ao lado, a enquete com vários menores sobre a proposta do deputado Lisâneas Maciel. Nela, a opinião de uma faixa da população de Brasília que ainda não tem direito de voto, mas que vive numa capital eminentemente política.



Flávia Ribeiro da Silva, 16 anos, estudante do 2º grau, assegura que o voto à participação do menor no processo eleitoral é apenas uma questão de preconceito de idade. "Temos os mesmos direitos que as pessoas de 18 anos, e somos até mais conscientes do que algumas pessoas mais velhas". Ela acha que a atual política não está correspondendo aos anseios dos jovens e o voto seria para eles uma forma de pressão.



Riad Nasr, 17 anos, estudante do 2º grau, acha que aos 16 anos os jovens não estão preparados para votar. "Nesta idade eles vão às urnas apenas para sacanear". Embora admitindo que existe uma necessidade, por parte deles, em participar da vida política do país, garante que ainda é muito cedo.

"O amadurecimento só chega mesmo depois dos 18 anos", ensinou ele.



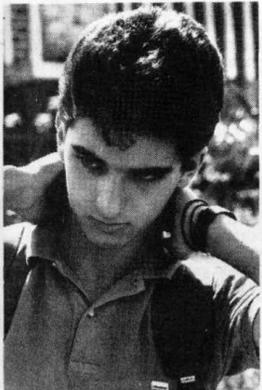
Alessandra Costa, 16 anos, estudante de magistério, acha que os jovens estão muito bem preparados para votar. Considera o processo eleitoral de grande interesse para eles e faz uma crítica: "Porque os anal-fabetos votam e nós não podemos votar? O menor está muito mais consciente a ponto de não se submeter à compra e venda de votos, que é muito comum durante o processo eleitoral", concluiu ela.



Herlhiky Carlo, 16 anos, estudante do 2º grau, acha que o menor ainda não pode votar. Ele justifica sua opinião dizendo que o jovem de hoje não está interessado em política. "Ele está pouco se lixando pelo que acontece no país. Não tem conhecimento amplo sobre política e vai ficar voando na hora de votar", diz ele.



Carla de Aquino Cunha, 17 anos, estudante de magistério, considera os jovens de sua idade como possuidores de boas idéias. Acha que o fato do menor votar vai ser muito válido porque, segundo ela, terá maior credibilidade no contexto social. "Só o fato de sermos livres para votar ou não, já é uma grande vantagem.



Ronaldo Silva, 16 anos, estudante do 2º grau, afirmou que a maioria dos jovens não sabe nem mesmo o que é a Constituinte. "Além do mais, não se justifica votar neste país, porque ainda não sabemos para que vão servir os nossos votos". Disse ele ironizando a atual política do governo que, na sua opinião está "completamente indefinida e sem direção".

O senador José Richa (PMDB-PR), relator da Comissão de Organização do Estado, evoluiu ontem em sua posição inicial e admitiu acabar a proposta da bancada parlamentar de Brasília, para incluir em seu substitutivo a eleição de um governador distrital, vice e uma Câmara Legislativa para o Distrito Federal.

"É apenas uma questão de terminologia", resumiu ontem à noite o senador José Richa, a discussão em torno da questão que ele não havia definido: se o Distrito Federal é um estado ou um município, no contexto da Federação brasileira. A opinião foi emitida ao final da reunião que o relator da Comissão manteve a portas fechadas, com os parlamentares brasilienses.

Segundo o senador — que ainda discutirá o assunto com o deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), representante da bancada parlamentar de Brasília —, por sua proposta o Judiciário de Brasília continua ligado à União, bem como à Segurança Pública. A seu ver, caberia à Câmara Legislativa fazer a Lei Orgânica do Distrito Federal. A princípio, ele queria definir Brasília como município, com eleição de um prefeito e Câmara de Vereadores para administrá-la.

Todos os parlamentares da bancada de Brasília — três senadores e oito deputados (ausente apenas a deputada Márcia Kubitschek) estavam propensos a apoiar a idéia, exceto o senador Maurício Corrêa (PDT-DF), o primeiro a deixar a reunião iniciada às 18h15 de ontem. "A proposta do senador José Richa não satisfaz aos anseios da população brasiliense. Por isso, vamos apresentar emendas e destaques ao seu substitutivo", afirmou o senador brasiliense.

Os três deputados do PFL — Jofran Frejat, Valmir Campelo e Maria de Lourdes — apesar de defenderem a eleição de governador, vice e Assembléia Legislativa, receberam com simpatia a idéia do relator da Comissão de Organização do Estado.

Pelo PMDB, estiveram presentes à reunião os senadores Meira Filho e Pompeu de Sousa, além dos deputados Sigmaringa Seixas, Geraldo Campos e Francisco Carneiro. A aprovação da medida, no entanto, vai depender do nível de articulação da bancada brasiliense na Constituinte, e, em particular, dos sete membros que participam da Comissão.



Maurício não gostou, mas Sigmaringa apresentará a proposta



Opção para não ter prefeito

O governador distrital é uma questão mais de nomenclatura que de poder. Apenas seria diferente dos demais governadores por dirigir uma cidade-estado, que é Brasília. A idéia evoluiu do princípio de que o Distrito Federal não é um município nem um estado.

Apresentada inicialmente pelo deputado Jofran Frejat (PFL-DF), partindo do princípio de que também Fernando de Noronha terá um governador territorial, o Distrito Federal pode ter seu governador distrital, com status maior que o de um simples prefeito.

Durante a reunião da bancada parlamentar de Brasília,

com o relator da Comissão de Organização do Estado, senador José Richa, Jofran Frejat argumentou que Brasília não podia voltar à sua condição anterior de município, uma vez que nenhum município brasileiro conta com senadores no Congresso Nacional, a exemplo do Distrito Federal.

Em sua opinião, caso Brasília volte à condição de município, morre a esperança das cidades-satélites se transformarem em municípios e terem suas prefeituras. "A população brasiliense não pode aceitar esse retrocesso em sua vida institucional", enfatizou Frejat.

O que Planalto quer

O presidente José Sarney ainda não se manifestou sobre o sistema de Governo e as eleições para o Distrito Federal, mas nas áreas governamentais existe uma posição firmada e que será levada como sugestão ao presidente. Entendem estes setores que o Plano Piloto, seguindo uma tradição que existiu desde o Rio de Janeiro, deverá ter um sistema especial de Governo, com um prefeito eleito, mas mantendo uma vinculação

com o governo Federal. Já em relação às cidades-satélites, entendem esses assessores governamentais que a situação é bastante diferenciada. Cidades grandes com vida independente, tanto comercial, quanto as demais condições de infraestrutura, entendem que as mesmas devam se constituir em território especial, atreladas ao Distrito Federal, mas com prefeituras e funcionamento independentes.